

Homens e pedras no interior da floresta: trabalho, cultura e política no início da mineração industrial na Amazônia

Adalberto Paz*

Resumo

Em meados do século XX, o extremo norte amazônico era povoado por diferentes grupos ocupados em atividades eminentemente extrativistas, caracterizando um estilo de vida nômade responsável pela constante dispersão populacional entre vilas, cidades, rios e florestas. A criação do Território Federal do Amapá e o incentivo a instalação de uma grande iniciativa privada de extração mineral de padrões industriais, vieram acompanhados da convicção de que era preciso mudar o estilo de vida e produtividade dos trabalhadores locais, em sua maioria seringueiros, castanheiros e garimpeiros, como chave para o tipo de desenvolvimento almejado. Frente ao avanço desse ambicioso projeto econômico e civilizacional, porém, essa população manifestou toda a força de seu *modus vivendi*, seja através da sua inércia quanto à lógica de acumulação e trabalho assalariado, ou insistindo em práticas que o discurso da modernidade acusaria como imorais, estacionárias e contraproducentes.

Palavras-chaves: classe operária, modernização, Amazônia.

Abstract

In the mid-twentieth century, the northern end Amazonian was populated by different groups predominantly engaged in extractive activities, featuring a nomadic lifestyle responsible for the steady population dispersal between towns, cities, rivers and forests. The creation of the Federal Territory of Amapa and encouraging the installation of a large private mineral extraction industry standards, came accompanied by the conviction that it was necessary to change the lifestyle and productivity of local workers, the most tappers, chestnut and miners, as the key to the type of development desired. Forward to advancing this ambitious economic and civilizational project, however, this population expressed the full force of his *modus vivendi*, either by its inaction regarding the logic of accumulation and wage, or insisting on practical work that the discourse of modernity accuse as immoral, stationary and counterproductive.

Keywords: working class, modernization, Amazon.

* Professor do curso de História da Universidade Federal do Amapá. Doutorando em História Social na Unicamp. E-mail: adalbertojrpez@gmail.com

Quando esteve em Manaus em 1940, o presidente Getúlio Vargas lançou oficialmente as bases discursivas de uma determinada postura política e planejamento público para a Amazônia, que jamais seriam definitivamente abandonados. Ainda que reconhecendo a grandeza territorial, a estupefação e o orgulho patriótico em torno da natureza e lendas amazônicas, a fala de Vargas, no interior do Teatro Amazonas, se empenhou em acusar um atraso que ele dizia ser chegado o momento de superar. Para isso, os esforços dos “desbravadores nordestinos” e a “inércia” dos caboclos locais deveriam ser disciplinados e orientados pela racionalidade e pela técnica. Somente desse modo seria alcançado o impulso de desenvolvimento necessário, o qual contaria com a colaboração não apenas de outros brasileiros, mas “também estrangeiros, técnicos e homens de negócio”,¹ visando fomentar o comércio e a indústria da região.

Entretanto, com a assinatura dos chamados “acordos de Washington” e as garantias dadas aos Estados Unidos de que poderia contar com as matérias-primas estratégicas brasileiras, Vargas acabou se comprometendo a incentivar o mesmo tipo de aproveitamento econômico da Amazônia que havia condenado dois anos antes.² Desse ponto de vista, nem o incentivo oficial dado à migração para a região pode sequer ser considerado uma política de povoamento, uma vez que os nordestinos mobilizados pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores (SEMTA), não vieram ocupar “núcleos de cultura agrária”, onde o colono e sua família se estabeleceriam com “saúde e conforto”.³ Pelo contrário, a grande maioria dos imigrantes era composta exclusivamente por homens, os soldados da borracha, que se embrenhavam na floresta geralmente sozinhos, e utilizavam técnicas de produção muito pouco modificadas desde o período colonial.

A meta de civilizar o homem e o vale amazônico, contudo, permaneceu como forte argumento para a intervenção do poder público. O investimento em infraestrutura produtiva (transporte, geração de energia, comunicações) e a ênfase no planejamento estatal constituiriam o caminho pelo qual se alcançaria a integração e o desenvolvimento da Amazônia.⁴ Nesse contexto, a conjuntura de guerra e os acordos econômicos internacionais afirmaram os papéis a serem desempenhados durante muitas décadas por cada região do país, tendo o Norte como fornecedor de *commodities*, o Nordeste enquanto reserva de mão de obra, e a exportação de matérias-primas

¹ VARGAS, Getúlio. O discurso do rio Amazonas. In: *Operação Amazônia* (Discursos). Belém: SUDAM, 1968, p.10.

² Cf. SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da Borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

³ VARGAS, Getúlio. O discurso do rio Amazonas. In: *Operação Amazônia* (Discursos). Op. Cit.

⁴ Cf. D'ARAÚJO, Maria Celina de. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 7(19), junho de 1992.

como garantia para os empréstimos estadunidenses, indispensáveis para o avanço da industrialização no Centro-Sul, com destaque para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda. Em outras palavras, ao invés de equilibrar os “desníveis” socioeconômico entre as regiões, as políticas públicas voltadas para a Amazônia, a partir dos anos 1940, mantiveram e até aumentaram o desequilíbrio existente.

Já no final do Estado Novo, em 1943, a criação de territórios federais especialmente em áreas de fronteira, era uma maneira de dinamizar a administração dessas regiões, submetendo-as ao governo central através de prepostos nomeados diretamente pelo presidente da república.⁵ O Amapá foi um destes territórios, e teve como primeiro governador o Capitão do Exército, Janary Gentil Nunes.⁶

Desde o início do seu governo, Janary Nunes buscou incessantemente criar uma relação de afinidade com os trabalhadores. Para isso, comparecia e discursava nas festividades em homenagem ao 1º de Maio e nas demais datas consideradas “patrióticas” como aquelas dedicadas aos heróis locais e nacionais, Independência, etc. Elaborava textos que pretendiam falar diretamente ao caboclo, de forma clara e imperativa, dispendo para sua divulgação de veículos como o jornal *Amapá* e a rádio Difusora⁷, órgãos administrados pelo Serviço de Imprensa e Propaganda (o qual, de acordo com suas diretrizes, deveria manter estreito contato com o Departamento de Imprensa e Propaganda do governo federal e outros departamentos similares dos demais estados e Territórios). Além disso, dava bastante publicidade a obras destinadas ao “bem-estar do operariado” – como hospedaria⁸ e restaurante⁹ – ao mesmo tempo em que buscava o controle e a normatização dos

⁵ Por meio do Decreto-Lei nº 5812 de 13 de setembro de 1943 foram criados cinco territórios federais: Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguazu, desmembrados dos Estados do Pará, Amazonas, Mato-Grosso, Paraná e Santa Catarina, respectivamente.

⁶ Janary Nunes era natural de Alenquer (no estado do Pará) e, após sair da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, serviu como Oficial do Exército em cidades como Petrópolis, Curitiba e Florianópolis. Também esteve no Pelotão Independente do Oiapoque e estava comandando a 1ª Companhia Independente de Metralhadoras Antiaéreas em Belém, quando foi nomeado por Getúlio Vargas para governar o Amapá, em 27 de dezembro de 1943, aos 31 anos de idade. Cf. BENEVIDES, Marijeso de Alencar. *Os novos territórios federais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, p. 75.

⁷ Inaugurada em 11 de setembro de 1945. Cf. *Amapá*, 19/5/1951, p.4.

⁸ Inauguração da hospedaria dos operários. *Amapá*, 28/4/1945. Em 1949 esta hospedaria passou por reformas e foi reinaugurada, desta vez para servir também aos imigrantes. Cf. A nova hospedaria de imigrantes. *Amapá*, 4/6/1949.

⁹ “Uma notícia alvissareira temos a transmitir aos trabalhadores que aqui empregam suas atividades em prol do progresso do território: será inaugurado amanhã, o restaurante dos operários, que funcionará no confortável barracão da Praça Assis de Vasconcelos”. Os proletários vão ter seu restaurante. *Amapá*, 13/10/1945.

trabalhadores, reprimindo-lhes os vícios e demonstrando-se disposto a ajudá-los a sair do seu estado de “abandono e penúria”.¹⁰

Objetivando integrar definitivamente o Amapá à nação brasileira por meio da construção de um sentimento de cidadania, tido como praticamente inexistente entre os amapaenses, Janary buscou, igualmente, inculcar-lhes uma lógica de trabalho e produção que ultrapassasse o imediatismo da simples subsistência. Assim, nas palavras do próprio Janary, faltava ao amapaense *ambição* e *eficiência*, a fim de que fosse definitivamente trilhado *o caminho da redenção*¹¹ que levaria, de vez, o progresso e o desenvolvimento ao Amapá.

Nesse sentido, as ambições do governo Territorial conjugavam-se com os auspícios da política Federal para a Amazônia durante o Estado Novo. Essas diretrizes afirmavam ter chegado o momento de ir além de uma longuíssima tradição literária e romântica na qual se representava a Amazônia envolta entre lendas e cenários maravilhosos, ou como um temido “inferno verde”, lugar de clima tórrido e inapropriável a qualquer civilização – ou civilizados.

A partir de então, não bastava apenas vislumbrar-se com a imensidão e as riquezas da região, muito menos difamá-la como uma imensa floresta arredia ao avanço da modernidade. Fazia-se necessário submetê-la à vontade e ao trabalho racional e organizado do homem. Contudo, para ser “socialmente útil”, segundo Getúlio Vargas, o homem amazônico precisava “concentrar-se técnica e disciplinarmente”.¹²

Janary Nunes conhecia bem as peculiaridades amazônicas e, apesar da maioria das suas falas utilizar uma linguagem de cunho eminentemente industrial quando se referia aos trabalhadores – tal como “operário” e “operariado” –, ele sabia que boa parte daqueles aos quais se destinavam os discursos eram, na verdade, garimpeiros, faiscadores, castanheiros, seringueiros e pescadores. Sua audiência era constituída por homens e mulheres envolvidos em atividades eminentemente extrativistas, baseadas no nomadismo e dispendo de instrumentos e técnicas incipientes para produzir excedentes comercializáveis com o ritmo e o volume de produção que seriam exigidos por um mercado capitalista em expansão.

Em qualquer uma das atividades que compunham a produção econômica local (borracha, castanha-do-pará e outras sementes oleaginosas, madeiras, peixe salgado e o grude de peixe, ouro,

¹⁰ Muito da prática política do governo de Janary Nunes em relação aos trabalhadores se aproximava, intencionalmente, do trabalhismo de Vargas. Cf. GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

¹¹ O caminho da redenção. *Amapá*, 16/3/1946.

¹² VARGAS, Getúlio. Op. Cit, p. 10.

couro de boi, gado e peles de animais silvestres), a natureza era quem direcionava os trabalhos, determinando fatores que controlavam invariavelmente a quantidade e, portanto, a oferta dos produtos. Era preciso levar em conta a época do ano, o regime de marés fluviais e oceânicas, a ocorrência de determinadas espécies nativas neste ou naquele lugar, a descoberta de algum novo veio aurífero e infinito outros detalhes que apenas os próprios nativos conheciam ou sabiam reconhecer.

Ainda que, segundo suas próprias palavras, buscasse defender “a gente caluniada da Amazônia”, Janary Nunes demonstrava ampla afinidade com preconceitos comuns às elites do período, pois suas ideias afirmavam, constantemente, a urgência por uma intervenção contrária a esses padrões seculares, porém, considerados ultrapassados e limitados demais para a nova sociedade a ser construída.

Desse modo, a política de valorização do caboclo amapaense durante o primeiro governo territorial do Amapá implicava, contraditoriamente, a desvalorização de todo seu arcabouço cultural e de todas as suas formas de reprodução material às margens dos rios, igarapés e no interior da floresta. Na medida em que se buscava a maximização e racionalização da sua capacidade produtiva, sugerindo uma recuperação da sua força de trabalho que estaria prejudicada por má alimentação, doenças e falta de ambição, o que se pretendia, de fato, era uma profunda e irreversível transformação nos seus hábitos e costumes tradicionais, objetivando sua inserção em uma economia de mercado plenamente desenvolvida o mais breve possível.

Por isso, Nunes buscava iniciar seus textos sempre com o argumento de que o caboclo sofria das mais diversas enfermidades endêmicas e era privado de todos os benefícios do mundo moderno. Estava, portanto, abandonado à própria sorte, esquecido pela irresponsabilidade de autoridades negligentes e insensíveis. O caboclo, assim descrito, era como uma valiosa matéria-prima que se perde pela ignorância do mau artesão que não lhe fez bom uso.

Essa valorização do elemento local, porém, assim como a superação do que era considerado atraso econômico, demandava não somente vontade política, mas, sobretudo grande investimento financeiro. Nesse sentido, desde sua chegada ao Amapá, em janeiro de 1944, Janary parecia confiante de que o futuro do território estava na exploração dos recursos minerais. Assim, já no ano seguinte, ele celebrava um contrato com a mineradora *Hanna Exploration Company* para a prospecção de jazidas de ferro na região sul do território. Mas, a euforia inicial com as

potencialidades da mina foi suspensa, depois que a *Hanna* desistiu de investir no Amapá, após constatar que a quantidade de minério não compensaria os valores gastos com a sua exploração.

Contudo, antes que fosse conhecido o resultado final das pesquisas sobre as jazidas de ferro, Janary Nunes decidiu oferecer um prêmio a quem lhe trouxesse provas da existência de mais depósitos daquele minério em outras regiões do Amapá.¹³ Neste momento, vemos surgir a figura de um caboclo amapaense chamado Mário Cruz (figura 1), que de tão representativo chega a ser quase mítico. Segundo a versão popular e oficial em torno da descoberta do manganês de Serra do Navio, Mário teria encontrado pedras reluzentes e escuras nas margens do rio Amapari, onde alguns anos antes teria ido buscar refúgio durante uma tempestade. Ao saber do prêmio, Cruz levou amostras daquelas pedras escuras ao governador, o qual, após uma análise preliminar, enviou as amostras ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, no Rio de Janeiro. A resposta revelar-se-ia surpreendente: tratava-se de manganês de excepcional valor comercial e de teor superior a muitas das jazidas conhecidas no mundo àquela época.

A novidade surgiu em um momento delicado para a indústria mundial, pois, em tempos de Guerra Fria, a Rússia havia suspenso as suas exportações de manganês. A medida visava prejudicar diretamente os Estados Unidos e seus aliados que dependiam do minério – usado fundamentalmente na fabricação do aço – mas nada podiam fazer a respeito, pois o controle dos maiores depósitos mundiais e o seu fornecimento estavam nas mãos de Stálin. Dessa forma, a ameaça de insuficiência de manganês fez com que o Amapá passasse a ocupar lugar de destaque nos debates internacionais que envolviam o abastecimento de reservas minerais estratégicas para a economia global.¹⁴

¹³ Outros prêmios foram oferecidos no mesmo período: “Várias pessoas vêm informando e assegurando ao governo a existência de Carvão de pedra no Território. A Divisão de Produção, devidamente autorizada pelo governador, senhor capitão Janary Gentil Nunes, avisa à população, em especial aos garimpeiros e faiscadores do Amapá, que o governo oferece um prêmio de Cr\$ 20.000,00 àquele que trazer ao seu Diretor amostras e indicações que comprovem a existência e a localização real desse minério”. Prêmio de vinte mil cruzeiros – Carvão de pedra. *Amapá*, 25/5/1946.

¹⁴ Gigantescos depósitos de manganês no Brasil: investigações de geólogos norte-americanos no Território do Amapá. *Amapá*, 13/8/1949.



Figura 1. Mário Cruz, ao centro, entre a nora e o filho. Fonte: LACOMBE, Francisco José Masset et al. *Mineração no Brasil: Augusto Antunes, o homem que realizava*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2006, p. 77.

A figura de Mário Cruz era representativa por diversos motivos, muitos dos quais foram oportunamente explorados pelo governo territorial. Antes de tudo, tratava-se de um típico caboclo amazônida, que já havia sido garimpeiro, mas nos anos 1940 se ocupava especialmente da atividade de regateio, ou seja, comprava, vendia e trocava mercadorias entre as inúmeras localidades entre o Pará e o Amapá, subindo e descendo os rios da região.¹⁵ Essas atividades lhe proporcionaram um conhecimento único da hidrografia no extremo norte amazônico, por isso ele também foi contratado como guia dos primeiros grupos, tanto do governo quanto de empresários, interessados nas minas de manganês. A viagem entre Macapá e o rio Amapari não só era longa, como os rios, enquanto principal via de acesso ao interior do território, eram de difícil navegação, com muitas corredeiras, nas quais mesmo viajantes experientes podiam sucumbir.

Mas, principalmente, Mário Cruz tornou-se o símbolo encarnado dos potenciais benefícios que resultariam da união entre a população local e a elite dirigente do Território Federal do Amapá. Desse modo, a valorização em torno do protagonismo casual de um simples, mas experiente, caboclo, tinha um objetivo direto e específico: fortalecer a representação política de Janary Nunes como o grande incentivador do justo aproveitamento econômico das riquezas do Amapá, e de um

¹⁵ A respeito dos regatões no Território Federal do Amapá, ver CAMBRAIA, Paulo Marcelo da Costa. *Na ilharga da fortaleza, logo ali na beira, lá tem o regatão: os significados dos regatões na vida do Amapá (1945-1970)*. Belém: Açáí, 2008.

governante que sabia reconhecer e retribuir os talentos do amapaense comum. Sem isso, os homens nessa porção da Amazônia permaneceriam em seu estado de natureza, tão brutos e subaproveitados quanto as pedras – mesmo as mais valiosas – no interior da floresta.

Assim como na Amazônia de maneira geral, boa parte dessa população era eminentemente extrativista, justamente por isso, de acordo com o primeiro *Relatório das atividades do Governo territorial* escrito em 1946, encontrava-se esparsamente distribuída, “isolada em casas miseráveis, na zona de influência dos barracões ou casas de comércio que transacionam as matérias-primas” que eram obtidas na natureza.¹⁶

Essa simplicidade quanto à moradia, contudo, não era privilégio das regiões interioranas. Em Macapá, capital do território, Janary Nunes criticava “as palhoças, sem higiene nem conforto, como se faz comumente nos bairros mais afastados”, e reclamava “da maneira pela qual a população, *principalmente os proletários*, vem tratando sua alimentação”, desprezando, por exemplo, a ingestão de legumes, que eram distribuídos gratuitamente pelo governo.¹⁷

Dessa forma, a criação do território federal e o estabelecimento de Macapá como sede administrativa da nova unidade política, somado a uma profunda transformação urbanística que tornou a capital um grande canteiro de obras públicas, consolidou aquela cidade como o maior polo de atração e concentração populacional jamais superado até a atualidade.¹⁸ No entanto, os hábitos seculares de vida e trabalho dessa mesma população eram motivo de incômodo para as autoridades, que se empenhavam em modificar tudo quanto lhes parecia retrocesso e tradicionalismo.

O sucesso na instalação de um complexo de mineração industrial viria, portanto, atender a diversos anseios desse projeto de modernização. Em primeiro lugar, o necessário investimento em infraestrutura de produção e transporte criaria instalações de proporções nunca existentes no

¹⁶ NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, p.7.

¹⁷ *Amapá*, 18/5/1946. Sobre as críticas à alimentação amapaense e as medidas visando a sua mudança, ver CALADO, Paula Mayara de Castro; COSTA, Tayane Lima Pedrosa. Cafezinho com farinha por leite e pão: a alimentação e o discurso de progresso e civilidade na Macapá territorial. *Anais da IX Semana de História da Unifap*. Macapá: UNIFAP, v.1, n.1, 2013. Disponível em <http://www2.unifap.br/historia/files/2014/02/PAULATAYANE.pdf>. Acesso em 31 de janeiro de 2014.

¹⁸ Para uma análise dos dados populacionais de Macapá nos anos 1940, ver PAZ, Adalberto J. F. *Os mineiros da floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964)*. Dissertação de Mestrado. IFCH-Unicamp. 2011, pp. 54-55. Sobre os trabalhadores e a sua relação com as transformações urbanas em Macapá nos primeiros anos do território, ver LOBATO, Sidney da Silva. *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. São Paulo, 2013. Tese (Doutoramento em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Amapá. Nesse sentido, muitas das cláusulas do contrato que seria celebrado entre o governo territorial e a *Hanna Exploration Company*, foram reeditadas no contrato que firmou a concessão das minas de manganês para a empresa Indústria e Comércio de Minérios S.A (ICOMI), especialmente a obrigatoriedade da construção de uma estrada de ferro e de um porto no rio Amazonas.¹⁹ Tanto a via férrea quanto as instalações portuárias eram obras de altíssimo custo, as quais, mesmo pertencendo a uma empresa privada, poderiam ser utilizadas pelo governo para o desenvolvimento de núcleos coloniais, incremento dos transportes marítimos, além da dimensão simbolicamente progressista atribuída a uma estrada de ferro no interior da floresta amazônica. Tudo isso praticamente sem ônus aos cofres públicos.²⁰

Logo que foi constatada a quantidade mínima de manganês suficiente para garantir os lucros com a exploração, ou seja, 10 milhões de toneladas, a ICOMI tomou providências para que fosse montada a infraestrutura para extração e exportação do minério. Além dos itens já mencionados, o empreendimento também seria responsável pela construção de duas *company towns*: Serra do Navio, situada na região das minas, por isso batizada com o nome daquele local, e a Vila Amazonas, localizada no porto da empresa. Na primeira moravam os trabalhadores mineiros, os geólogos e administradores. Na segunda residiram os trabalhadores portuários e da estrada de ferro. Em ambas havia professores, médicos, enfermeiros, motoristas, e todos os outros profissionais que fossem necessários para o funcionamento autônomo das cidades da empresa.²¹

A construção de Serra do Navio e da Vila Amazonas marcou uma nova fase no relacionamento da ICOMI e seus funcionários. Isso porque, durante o período da construção da infraestrutura produtiva, a empresa teve que lidar com um cenário de extrema escassez de mão de obra, até para os serviços braçais, o que lhe impunha certa tolerância com a inconstância de trabalhadores jovens, migrantes e solteiros, muitos dos quais afeitos ao tipo de lazer boêmio cada

¹⁹ Contrato firmado entre o Governo do Território Federal do Amapá e a Hanna Exploration Company. *Amapá*, 11/5/1946.

²⁰ A ferrovia de 200 km de extensão ligando a mina, em Serra do Navio, e o porto na cidade de Santana, existe até hoje, e foi incorporada ao patrimônio do estado do Amapá, após o encerramento das atividades da ICOMI em 1997, conforme previa o contrato de exploração. Sobre a Estrada de Ferro do Amapá (EFA), ver SILVA, Ana Cristina Rocha. *Uma ferrovia vara a selva: governo territorial, ferrovia e progresso*. AMARAL, Alexandre et.al. Do lado de cá: fragmentos de História do Amapá. Belém: Açaí, 2011, pp. 443-460.

²¹ Embora fossem tratadas como vilas operárias pela ICOMI, Serra do Navio e a Vila Amazonas eram autênticas *company towns*. A respeito dessa diferença, ver PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. Capital, trabalho e moradia em complexos habitacionais de empresa: Serra do Navio e o Amapá na década de 1950. In: AMARAL, Alexandre et.al. *Do lado de cá: fragmentos de História do Amapá*. Belém: Açaí, 2011, pp. 461-468.

vez mais efervescente na capital e nas imediações das frentes de serviço, onde não raras vezes ocorriam brigas e desentendimentos relacionados a casos amorosos entre operários e meretrizes.

No final dos anos 1950, contudo, a necessidade de gerir um empreendimento com previsão de cinquenta anos de ininterrupta atividade, além da própria localização da mina no interior da floresta, sem qualquer núcleo urbano próximo, levou a ICOMI não só a ter que garantir moradia e serviços básicos de saúde, educação, etc., aos seus funcionários, como ao estabelecimento de um rígido comportamento no interior das suas cidades operárias. De modo geral, essas regras visavam “criar” um tipo de operário padrão exatamente oposto àquele da fase de construção. A partir de então, os funcionários residentes em Serra do Navio ou na Vila Amazonas deveriam ser preferencialmente – em alguns casos, obrigatoriamente – casados com registro em cartório, cumpridores das chamadas “normas de procedimento” (como eram conhecidas as diretrizes de convívio nas cidades), não recebiam quaisquer visitas que não fossem antecipadamente comunicadas à administração, e as festas e confraternizações deveriam ser realizadas nas sedes dos clubes recreativos, igualmente supervisionados pela ICOMI.

O arquiteto Oswaldo Bratke, contratado pela mineradora, realizou diversas viagens pelo interior da Amazônia e visitou *company towns* pela América do Sul, com a finalidade de criar prédios e residências não somente adequadas às especificidades amazônicas, mas também que pudessem cumprir o ideal civilizador pretendido pela empresa e pelo governo do território. Bratke notou que as habitações caboclas possuíam quase sempre três divisões: a varanda, onde se penduravam as redes, um cômodo fechado que servia de dormitório ao casal e outro aberto onde se realizavam as refeições. Inexistiam instalações sanitárias. A alimentação – feita à base de jabá (carne-seca) e farinha de mandioca –, era preparada em fogões de barro instalados sobre uma armação de madeira. Os homens normalmente andavam descalços, vestindo calça, camisa sem mangas e protegiam a cabeça com um chapéu de aba larga e as mulheres trajavam vestidos, saias e blusas feitas de tecidos rústicos.²²

Um dos exemplos de que as visitas, desenhos e fotos decorrentes das observações de Bratke junto à população ribeirinha do Amapá foram seriamente levados em consideração na elaboração dos seus projetos de cidades para a ICOMI foi a discussão sobre a utilização ou não de redes para dormir. O arquiteto notou que este elemento estava profundamente estabelecido entre os utensílios de uso cotidiano das populações caboclas, de tal modo que o próprio governador do

²² SEGAWA, Hugo; DOURADO, Guilherme Mazza. *Oswaldo Arthur Bratke*. São Paulo: ProEditores, 1997, p. 273.

território, Janary Nunes, achava que se deveriam usar redes inclusive nos hospitais da companhia. Bratke, contudo, deliberadamente optou pelo emprego das camas, “não só pelo conforto”, afirmou, “mas pela importância que se dá à cama na escala de valores das pessoas”.²³

Da mesma forma, o arquiteto pensou em uma maneira de fazer com que as famílias de operários da região também se acostumassem a utilizar instalações sanitárias integradas às residências. Para isso, Bratke desenvolveu um banheiro com dois batentes, sendo um aberto e com acesso exclusivamente por fora da residência e outro fechado e embutido na alvenaria, permitindo a passagem pelo interior da casa. Este último, porém, só seria liberado depois que a empresa julgasse que os operário-caboclos já estavam suficientemente educados quanto à necessária manutenção e asseio dos banheiros.

Apesar de todo o aparato de serviços e o alto padrão da moradia, mesmo se compararmos a algumas capitais da região Norte durante os anos 1940 e 1950, a ICOMI teve que lidar com situações adversas, por parte dos operários e do seu pessoal graduado, este maciçamente vindo da região Centro-Sul. Mas havia, claro, diferentes motivos e formas de oposição, pois, enquanto os trabalhadores braçais, ou com especialização de nível técnico, buscavam meios geralmente indiretos de obter maior autonomia perante as rígidas normas da mineradora, os funcionários de alto escalão apresentavam “tendência de superestimar seu desempenho e uma alta sensibilidade em relação a qualquer ingerência na esfera dos seus interesses pessoais e seu bem-estar”.²⁴

Sob a designação de “formas indiretas de oposição e autonomia”, entendemos desde ações cotidianas de desobediência, presente nos encontros amorosos proibidos entre empregadas domésticas e operários solteiros, no interior de alojamentos, ou nas matas que circundavam Serra do Navio, até a contribuição mensal para o Manganês Esporte Clube, instaurada pelos próprios operários, como forma de garantir certa independência na realização de atividades recreativas como festas temáticas e campeonatos de futebol.²⁵ Além disso, muitos operários entendiam que ir de encontro às normas da empresa podia significar “ser comido pela onça”, ou seja, ser demitido, na linguagem dos caboclos-operários. Isso, porém, não impediu a formação de um sindicato, assim como a realização de greves e outras manifestações coletivas.

A consciência dos limites e das possibilidades disponíveis aos funcionários da ICOMI fica ainda mais clara ao considerarmos a atitude tomada pelo Sr. Sabá:

²³ Ibidem, pp. 255-256.

²⁴ ICOMI. *O manganês do Amapá*. Rio de Janeiro. 1971, p. 32.

²⁵ PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. *Os mineiros da floresta*. Op. Cit, pp. 145; 148-152.

Um dia eu saí de férias e achei que meu sítio [daria] uma área de lazer, muito porreta, tinha campo de futebol, eu inventei um campo de futebol, né! Eu criava porco, galinha, pato, etc. Eu queria ter lazer, eu queria me divertir com meu pessoal da comunidade, aí eu fiz isso. Então, saí de férias, um cara chegou em casa e disse: “pô, seu Sabá, por que o Sr. não bota um negócio pra vender pra gente que vem pra cá? Aqui é tão bonito pra tomar banho, dia de domingo[...] Aí virou uma área de lazer, uma área que aqui dentro da empresa não tem. [...] fiz uma quadra de vôlei, fiz mesa de tênis de mesa mais banca de dominó, aumentei a baiuca, botei mesas, quer dizer, o pessoal dançava até brega naquilo, sabe como é que é? Quer dizer, eu fiz o meu sítio.”²⁶

Apesar de todo o aparato disponibilizado aos funcionários de Serra do Navio, incluindo clube com piscina, campos de futebol, cinema e outros itens de lazer, o que esse testemunho nos informa é que muitos operários preferiam desfrutar seus momentos de folga longe da normatização patronal, mesmo que esta buscasse prover (e controlar) também essa necessidade, evitando ao máximo que algum trabalhador precisasse – ou desejasse – sair da *company town*. Desse modo, frequentar a baiuca, jogar dominó, beber e dançar o “*brega*”, atividades típicas do lazer na região, ainda continuava a ser o tipo de entretenimento preferido por muitos: espontâneo e autônomo, apartado do lazer institucionalizado e padronizado pela ICOMI.

Considerações finais

A exploração do manganês de Serra do Navio foi o mais duradouro e importante empreendimento privado do Amapá na segunda metade do século XX. Por isso, mesmo após quase duas décadas do encerramento das atividades da empresa Indústria e Comércio de Minérios S. A., a sua trajetória e o seu legado ainda são motivo de muita controvérsia não apenas na historiografia, na geografia e em outras áreas do conhecimento acadêmico, mas também no debate público e nos combates em torno da afirmação de uma memória sobre qual teria sido o “verdadeiro” papel desempenhado pela mineradora.

Esse debate envolve todos os setores da sociedade amapaense, desde os ex-operários e seus descendentes até os altos escalões do poder político local, que basicamente se dividem entre os que defendem a ICOMI como a melhor empresa privada de toda a história do Amapá, se amparando principalmente na qualidade de vida oferecida no interior das suas cidades operárias, e aqueles que acusam a empresa de ter tirado o máximo de proveito das ricas e estratégicas jazidas de manganês,

²⁶ BRITO, Daniel Chaves de. Entrevista com o Sr. Sabá. In: *Entrevistas com empregados e ex-empregados da ICOMI*. Dossiê com transcrições e notas. Macapá e Serra do Navio, 1991 [manuscrito]. Agradeço ao Prof. Dr. Daniel Brito por ter gentilmente cedido parte das entrevistas do seu acervo de pesquisa.

deixando em seu lugar apenas buracos, uma cidade isolada e sem propósito, além da constatação de contaminação dos lençóis freáticos, nas imediações de onde ficava localizado o porto da empresa.

Por ter sido o primeiro empreendimento de exploração mineral amazônico, e por já estar concluído, as análises sobre a mineração em Serra do Navio podem nos ajudar a entender melhor as origens, e eventuais consequências, das propostas de desenvolvimento econômico que ainda são formuladas para a Amazônia, e que tomam como referência ideais de modernização não muito distantes daqueles que foram propostos por Getúlio Vargas nos anos 1940, retomados e adaptados pelos governos militares nos anos 1960, e que nunca mais saíram da agenda política. Infelizmente, permanece também a incapacidade de atender muito dos anseios e perspectivas da população local.